Lei e Moral pertencem ao campo da Comunicação, como quase tudo que envolve indivíduos. Não se trata de coisas externas a sociedade e que lhe regem, mas sim algo intrínseco dela. São registros das disposições dos indivíduos entre si. Do ponto de vista de cada indivíduo, existe realmente algo externo, o conjunto de declarações de intenção de todos os outros, mas esse conjunto é tão fundamentado na física quanto sua própria intenção. O valor de certo conjunto de leis é fundamentalmente subjetivo. A única coisa que poderia ser, a princípio, objetiva na lei é a informação da disposição dos outros, mas mesmo isso é impedido pela incerteza na relação entre a real intenção e a intenção declarada por cada um. Além disso, querer não é poder. Não existe uma relação objetiva entre intenção e ação. Pode-se simplesmente destruir o mundo ao tentar salvá-lo.

As leis, como tudo o mais, tem um valor probabilístico, que é a forma não compreendida como o mundo se comporta de acordo com a estatística do passado. Probabilidade acaba não dando valor objetivo necessariamente, diante da incompreensão com o que seja ela.

Não há demonstração de que exista alguma forma de favorecimento potencial a certo conjunto de leis ou moral. As leis, as regras de uma sociedade, memorizadas de forma escrita ou na mente de cada indivíduo, não são mais que declarações de intenção de seus constituintes, ou não há prova de que algum conjunto em particular seja mais que isso.

Se examinadas de perto, muitas palavras importantes em filosofias do conhecimento como física e ética, são essencialmente vazias, sendo que seu único sentido distrair e criar a impressão de segurança, de certeza para as teorias. Moral e lei são palavras desse tipo, que tentam apenas esconder a percepção de que em todo movimento da sociedade há apenas intenção, uma declaração de intenção e uma ação subsequente, e que não há indício de um compromisso físico entre essas três coisas.

É um questionamento válido aquele sobre a justiça da situação de um indivíduo que nasce em uma sociedade que já tem seu acordo, seu contrato social. Uma vez que todo indivíduo escolhe, a cada instante, se procura viver mais, ou ele conhece as leis ou ele consente em arriscar a viver em um mundo no qual as desconhece. As leis não estão realmente sujeitas a serem contrariadas em si, pois são apenas declarações de intenção. Elas não são leis no sentido físico, de que descrevem como os eventos se desenrolam em um sistema, no caso, uma sociedade. Os termos lei, proibição e punição são apenas artifícios que distraem o indivíduo da arbitrariedade do processo.